OPINIONISMO

Most. Rev. Donald J. Sanborn

(*Catholic Restoration*, maio/junho 2004; Internet 2006)

A questão do papa: "Apenas uma opinião"?

A vacância da Sé Apostólica, a não-papalidade de Bento XVI e, aliás, de João Paulo II, João Paulo I, Paulo VI e até mesmo de João XXIII, é um tema que dividiu os tradicionalistas talvez mais do que qualquer outro nos últimos quarenta anos.

Entre aqueles que seguiram o caminho da resistência às reformas do Concílio Vaticano II, a maioria se declara sedeplenista, ou seja, sustenta que Bento XVI é um verdadeiro Sumo Pontífice Romano. Fazem isso geralmente sob a direção da Fraternidade Sacerdotal São Pio X. Outros, uma minoria mas não insignificante, são sedevacantistas, ou seja, afirmam que Bento XVI não é um verdadeiro Sumo Pontífice Romano, nem tampouco os seus predecessores do Vaticano II.

Essa diferença de posição teológica causou uma angústia mundial entre aqueles que resistem ao Vaticano II. Cada lado afirma que sua visão é a correta e, de fato, necessária para manter uma posição católica. Cada lado acusa o outro de estar em cisma.

No outono de 1979, Dom Lefebvre emitiu uma declaração na qual afirmava que não toleraria na Fraternidade Sacerdotal São Pio X aqueles que se recusassem a colocar o nome de João Paulo II no cânon da Missa. Demitiu vários sacerdotes na Europa por se recusarem a obedecer a essa determinação. Na primavera de 1980, veio aos Estados Unidos com a mesma pauta: demitir aqueles que não quisessem pronunciar o nome de João Paulo II no cânon.

No decorrer das negociações com os sacerdotes americanos, contudo, Dom Lefebvre chegou a uma espécie de compromisso. Não expulsaria os sacerdotes da Fraternidade Sacerdotal São Pio X, se eles concordassem em manter para si mesmos o seu sedevacantismo. Poderiam omitir o nome de João Paulo no cânon, contanto que não tornassem isso uma questão pública. Assim nasceu o opinionismo. O próprio Arcebispo formularia o princípio fundamental do opinionismo: "Eu não digo que o papa não é o papa, mas também não digo que não se possa dizer que o papa não é o papa."

O objetivo deste artigo é examinar o opinionismo e emitir um juízo sobre se ele é uma posição legítima a ser adotada. Pode a identidade do Sumo Pontífice Romano ser uma questão de opinião?

I. O QUE É UMA OPINIÃO?

Uma opinião é uma ideia ou doutrina que se considera provavelmente verdadeira. Ao mesmo tempo, porém, existe um temor fundado de que o seu oposto possa ser verdadeiro. O intelecto se inclina nitidamente para uma ideia e rejeita o seu oposto, mas não de modo completo. Não aceita totalmente uma como verdadeira, nem rejeita totalmente o oposto como falso. Isso ocorre muitas vezes em diagnósticos médicos.

Mesmo médicos altamente capacitados muitas vezes possuem apenas uma opinião sobre o diagnóstico que fazem. Não conseguem ter certeza absoluta por falta de provas suficientes que gerem essa certeza. Assim, pensam ou opinam que seu paciente possa ter determinada doença, mas não ficariam muito surpresos se, com o passar do tempo, descobrissem algo diferente.

II. O QUE É UMA OPINIÃO TEOLÓGICA?

Uma opinião teológica é uma doutrina que alguém sustenta sobre uma questão teológica, com o temor de que o seu oposto possa ser verdadeiro. Não é algo definido pela Igreja. Diz respeito a uma matéria "livre", isto é, onde não há obrigação, por parte das declarações da Igreja, de se aderir a um lado ou a outro.

Muitos, entretanto, confundem opinião teológica com conclusão teológica.

Uma conclusão teológica, que em latim é chamada *sententia theologica*, é uma doutrina teológica firme e certa, que decorre de princípios derivados da revelação e da reta razão. O problema é que *sententia*, em latim, é frequentemente traduzida para o inglês como *opinion* (opinião). Mas há muitas, muitíssimas conclusões teológicas que são absolutamente certas, que em latim se chamariam *sententia*, mas que de modo algum são "opiniões" no sentido inglês do termo. Por exemplo, é uma conclusão teológica certa que Deus concede a todos os homens a graça suficiente para salvar suas almas. Este fato não é diretamente revelado, nem declarado pela Igreja, mas é sustentado por todos os teólogos como absolutamente certo. Não poderia ser chamado de "opinião teológica".

A teologia moral, porém, está repleta de opiniões teológicas, no verdadeiro sentido do termo. Os princípios morais são, em si mesmos, certos, e em muitos casos são *de fide* (de fé), mas, ainda assim, às vezes são difíceis de aplicar. Consequentemente, surgem facilmente diferentes escolas de pensamento sobre várias questões. Tipicamente, estas são chamadas de opiniões prováveis, ou seja, posições que são provavelmente verdadeiras, mas não absolutamente e certamente verdadeiras.

Às vezes, a teologia moral não nos permite ir além do provável. Os atos humanos são tão complexos em suas circunstâncias que muitas vezes não se consegue chegar a uma certeza completa; chega-se, então, a uma opinião teológica, com certo temor de que o oposto possa ser verdadeiro. É por isso que a opinião pode variar de sacerdote para sacerdote quanto à aplicação de um determinado princípio moral. Não há disputa sobre o princípio, mas pode haver disputa sobre sua aplicação.

É um erro, contudo, dizer que, porque alguma doutrina não é definida ou ensinada pela Igreja, ela deva, por isso, ser classificada como opinião teológica.

A teologia é uma ciência e, assim como as outras ciências, tira conclusões de seus princípios mais elevados. A teologia recebe seus princípios supremos da própria revelação, verdades transmitidas por Deus, contidas na Sagrada Escritura e na Tradição, e propostas para nossa crença pela Igreja Católica. A partir dessas verdades que sustentamos pela fé, os teólogos extraem conclusões que, embora não sejam reveladas por Deus, decorrem, no entanto, de modo certo e razoável das verdades reveladas por Deus.

Há conclusões teológicas tão certas e autorizadas que, se você as negasse, estaria logicamente obrigado a negar a própria Fé. Ainda assim, a Igreja jamais as definiu nem sequer as ensinou por meio de seu magistério ordinário. São conclusões teológicas, mas intimamente ligadas à revelação.

Mas muitos aplicam o erro da “opinião teológica” ao problema do pontificado de Ratzinger. Dizem: “Como a Igreja não declarou que ele não é papa, é uma legítima opinião teológica sustentar que ele é ou não é o papa, conforme se prefira. Nenhuma das posições é ofensiva à Fé.”

Essa afirmação está carregada de erros.

O primeiro erro é colocar a identidade do Sumo Pontífice Romano, ou seja, se Ratzinger é ou não o Vigário de Cristo, na categoria de “opinião teológica”. O segundo erro é relegar a questão da identidade do Sumo Pontífice Romano a uma mera opinião teológica, como se fosse uma discussão entre teólogos sobre quantos anjos cabem na ponta de um alfinete. O terceiro erro é confundir conclusão teológica com opinião teológica. O quarto erro é pensar que alguém possa estar livre para sustentar que Ratzinger é ou não o papa, apenas pelo fato de a Igreja nada ter dito a respeito. O quinto erro é afirmar que nenhuma das posições é ofensiva à Fé.

Examinarei cada um desses erros em detalhe.

III. OS CINCO ERROS DO OPINIONISMO

ERRO 1: O opinionismo coloca a identidade do Sumo Pontífice Romano, ou seja, se Ratzinger é ou não o Vigário de Cristo, na categoria de "opinião teológica".

O próprio termo opinião indica que não se tem certeza se ele é ou não o papa. No entanto, é impossível sustentar que haja falta de certeza sobre este assunto.

Aqueles que afirmam que ele é o papa apontam para sinais absolutamente certos: (1) uma eleição canônica, universalmente aceita; (2) a aceitação da eleição pelo próprio Ratzinger; (3) o exercício das funções papais por Ratzinger; (4) a aceitação universal de Ratzinger como legítimo papa. Nenhuma dessas coisas é incerta. Se alguém utiliza esses argumentos como prova do seu papado, onde haveria espaço para dúvida?

Aqueles que argumentam contra o seu papado utilizam argumentos que, em si mesmos, são certos e incontestáveis: (1) que ele promulgou para toda a Igreja doutrinas falsas, ensinamentos morais falsos e disciplinas más; (2) que ele proferiu coisas heréticas e agiu como herege, até mesmo como apóstata, em inúmeras ocasiões; (3) que ele nomeou hereges e/ou apóstatas para a Cúria Romana e para sedes episcopais, mantém-nos no poder e está em comunhão com eles. Nenhum desses fatos é contestável ou duvidoso. São suficientes, especialmente o primeiro, para impedi-lo de ser papa.

Portanto, se você sustenta que ele É o papa, pelos motivos alegados, como poderia sustentar que é uma opinião legítima dizer que ele NÃO é o papa? Se você sustenta que ele NÃO é o papa, pelos motivos alegados, como poderia dizer que é uma opinião legítima dizer que ele É o papa? Onde está a dúvida? Onde há, nesses argumentos, qualquer temor de que o lado oposto possa ser verdadeiro?

O fundamento teológico e a justificação moral do movimento tradicionalista é que o Vaticano II e suas reformas são falsos e maus. São uma distorção substancial do catolicismo. Por que estabeleceríamos um apostolado contra o de Ratzinger e contra o bispo local do Novus Ordo, a não ser porque as doutrinas, ritos e disciplinas do Vaticano II e suas reformas são contrários à fé e à moral? Se não são contrários à fé e à moral, então por que existe um movimento tradicionalista? Por que estamos fazendo isso? Que justificativa teríamos para fazê-lo aos olhos de Deus? Se, porém, é certo que o Vaticano II e suas reformas são contrários à fé e à moral, então é certo que não foram promulgados pela Igreja. Se, por sua vez, é certo que foram promulgados pela Igreja, então é certo que aqueles que os promulgaram não representam a Igreja Católica. Então é certo que Ratzinger não é o papa.

A conclusão de que Ratzinger é papa traz consigo conclusões necessárias: que as doutrinas, disciplinas e ritos que ele promulgou universalmente são católicos e não

pecaminosos. Se Ratzinger é papa, então, pela indefectibilidade e infalibilidade da Igreja, a religião que ele aprova e promulga é a Fé Católica. Poder-se-ia praticá-la em toda boa consciência; de fato, seria obrigatório fazê-lo.

A conclusão, por outro lado, de que as doutrinas, disciplinas e ritos do Vaticano II são falsos e maus, contrários à fé, à religião e à boa moral, traz consigo uma conclusão necessária: que a pessoa ou as pessoas que os promulgaram não possuem a autoridade de Cristo. A infalibilidade e a indefectibilidade da Igreja, que provêm da assistência solene prometida por Cristo, não podem permitir que tal coisa aconteça. Deve-se concluir pela não-papalidade de Ratzinger, se se concluem essas coisas acerca do Vaticano II.

Portanto, é impossível, lógica e teologicamente, dizer: “Aceito Ratzinger como papa, mas rejeito o Vaticano II e suas reformas”. Da mesma forma, é impossível, lógica e teologicamente, dizer o contrário: “Rejeito o Vaticano II e suas reformas, mas aceito Ratzinger como papa”.

Em outras palavras, o papado de Ratzinger significa necessariamente que a religião que ele promulga é católica, e o fato de o Vaticano II e suas reformas não serem católicos significa necessariamente que Ratzinger não pode ser papa.

A Fraternidade Sacerdotal São Pio X incorre na primeira falácia: aceita Ratzinger, mas rejeita sua religião. Opõe-lhe uma resistência mundial através do estabelecimento de um apostolado paralelo, no qual procura atrair almas para longe dele e de sua hierarquia.

O opinionista incorre na segunda falácia. Ele rejeita o Vaticano II e suas reformas, mas admite que a aceitação de Ratzinger é teologicamente viável. Isso não faz sentido algum.

Se você empreendeu uma resistência ao Vaticano II e suas reformas, não pode dizer que é uma opinião legítima sustentar que Ratzinger é o papa. Dizer isso é admitir implicitamente que você não tem certeza de que o Vaticano II e suas reformas sejam realmente contrários à fé e à moral. Ser opinionista em relação a Ratzinger é ser opinionista (e, portanto, duvidoso) quanto a todo o fundamento da resistência ao Vaticano II.

Se é possível que Ratzinger seja papa, então é possível que o Vaticano II, a Nova Missa, os novos sacramentos, o novo Código de Direito Canônico e o ecumenismo sejam católicos. Se é possível que Ratzinger seja papa, então é possível que estejamos todos errados sobre o Vaticano II.

ERRO 2: O opinionismo relega a questão da identidade do Sumo Pontífice Romano a uma mera opinião teológica, como se fosse uma discussão entre teólogos sobre quantos anjos cabem na ponta de um alfinete.

É como se a questão da identidade do Sumo Pontífice Romano não tivesse efeitos dogmáticos ou morais.

A identidade do Sumo Pontífice Romano possui enormes efeitos dogmáticos e morais. Em primeiro lugar, a nossa fé depende do seu ensinamento. Somos obrigados a dar assentimento ao ensinamento da Igreja. Mas a autoridade desse ensinamento provém de uma única fonte: a autoridade de São Pedro. Sem essa autoridade, não existe doutrina obrigatória. Nenhum magistério pode ocorrer, seja ele solene ou ordinário.

Além disso, a nossa salvação depende da nossa submissão ao Sumo Pontífice Romano. Nós vamos para o inferno se formos desobedientes a ele em matéria grave ou, pior ainda, se não estivermos submetidos a ele.

Como, então, alguém pode ser tão indiferente em relação à identidade do Sumo Pontífice Romano, a ponto de dizer que, na ordem prática, não faz diferença o que se pensa a seu respeito? É como se o Sumo Pontífice Romano fosse apenas um ornamento na Igreja Católica, algo de que a Igreja até pudesse prescindir, um acessório puramente acidental, uma bagatela. É como se fosse possível conduzir a própria versão do catolicismo romano sem o Sumo Pontífice Romano.

Os opinionistas gostam de dizer que a questão do papado de Ratzinger não deveria nos dividir. Acham que todos os tradicionalistas deveriam se dar bem, não importa o que pensem dele.

Essa atitude, porém, não é católica. A própria identidade e unidade da Igreja Católica Romana está intimamente e essencialmente ligada ao Sumo Pontífice Romano, e sua identidade não pode ser uma mera questão de “opinião”. Da mesma forma, a nossa salvação — a questão do céu ou do inferno — está ligada ao Sumo Pontífice Romano, e ser opinionista quanto à sua identidade equivale a ser indiferentista quanto a qual Igreja é a verdadeira Igreja.

ERRO 3: O opinionismo confunde conclusão teológica com opinião teológica.

Uma conclusão teológica é, como já disse, absolutamente certa, e às vezes está ligada a verdades de fé de tal modo que, se fosse negada, seria necessário negar a própria fé.

Já uma opinião teológica é uma posição que possui indícios falhos e provas insuficientes a seu favor, de tal modo que não seria surpreendente descobrir que o oposto seja verdadeiro.

Como eu disse acima, os argumentos a favor ou contra o papado de Ratzinger se baseiam em certezas. Nenhum dos lados nega os fatos que apresenta em defesa de sua conclusão.

Portanto, cada lado deve produzir, logicamente, não uma “opinião”, mas uma conclusão teológica certa. Isso é verdade porque a conclusão será tão sólida quanto os seus princípios. Se não há dúvida nos princípios, não há dúvida nas conclusões, contanto, é claro, que o raciocínio lógico seja correto.

Assim, se basta para que um homem seja um verdadeiro papa que ele seja devidamente eleito, que aceite a eleição, que exerça as funções de papa e que seja universalmente aceito como papa por aqueles que no mundo são comumente chamados católicos, então é certo que Ratzinger é o verdadeiro Sumo Pontífice Romano. Pois todas essas condições são reais e comprovadas.

Por outro lado, se é suficiente para que um homem seja um falso papa que ele tenha a intenção de promulgar doutrinas falsas e disciplinas más, apesar de quaisquer outras aparências ou elementos materiais do papado que possua, então é certo que Ratzinger é um falso papa, pois sua intenção de promulgar e aderir ao modernismo é flagrante.

ERRO 4: Alguém poderia estar livre para sustentar que Ratzinger é ou não o papa pelo simples motivo de que a Igreja nada disse a respeito.

As causas da papalidade ou não-papalidade de Ratzinger são primariamente teológicas, e não meramente jurídicas. Em outras palavras, se Ratzinger não é o papa, não é porque a Igreja o declarou não-papa.

Na verdade, ocorre o contrário: a Igreja o declararia não-papa porque ele realmente e verdadeiramente não é o papa. A declaração da Igreja, nesse caso, apenas conferiria certeza jurídica a um fato já existente. Mas a Igreja jamais poderia declarar algo como juridicamente certo, se não fosse realmente e verdadeiramente certo.

Por exemplo, a Igreja declara nulo um matrimônio. Não é a declaração que causa a nulidade; é a nulidade que causa a declaração.

A declaração apenas transforma em fato jurídico a realidade pré-existente da nulidade. A nulidade não pode ter efeitos jurídicos até ser declarada, mas a nulidade já existe antes da declaração. Muito antes da declaração de nulidade, o

homem e a mulher não são marido e mulher. Eles estariam obrigados a respeitar as consequências morais do seu não-matrimônio assim que tomassem consciência da nulidade; a declaração jurídica poderia vir anos depois.

Do mesmo modo, estamos obrigados à conclusão teológica certa da não-papalidade de Ratzinger com base nas evidências certas e existentes, muito antes de alguma futura declaração de sua não-papalidade. Um casal, certo da invalidade de seu matrimônio, não poderia agir como marido e mulher com a desculpa: "Ah, bem, não há declaração de nulidade, então podemos fazer o que quisermos!". Da mesma forma, nós, que agimos com base no princípio de que o Vaticano II e suas reformas são contrários à fé e à moral, não podemos reconhecer o papado de Ratzinger com a desculpa: "Ah, bem, não há declaração, então podemos pensar o que quisermos!".

Além disso, eu acrescentaria que aqueles que argumentam que ele é o papa não podem legitimamente afirmar que a Igreja não fez qualquer declaração sobre isso, ou que se trata de uma questão de opinião teológica, como se houvesse alguma dúvida.

Se os motivos para reconhecê-lo como papa são aqueles que mencionei acima — ou seja, sua eleição e a aceitação geral do povo — então como poderia haver qualquer dúvida?

Por outro lado, como poderia alguém sustentar que é legítimo dizer que ele não é o papa, como dizem os opinionistas, a menos que se dê crédito aos princípios do sedevacantismo? Mas os princípios do sedevacantismo argumentam com certeza que ele não é o papa, e não apenas com probabilidade. Em outras palavras, ou você nega os princípios do sedevacantismo, ou deve admitir que suas conclusões são verdadeiras.

ERRO 5: Nenhuma das posições seria ofensiva à Fé.

Isso não é verdade. É ofensivo à Fé sustentar que um homem é o papa, o Vigário de Cristo na terra, e ao mesmo tempo conduzir um apostolado mundial em desafio a ele. É ofensivo à Fé afirmar que as doutrinas, disciplinas e ritos litúrgicos promulgados pelo Sumo Pontífice Romano são errôneos, heréticos, falsos, maus e/ou pecaminosos.

Mas esta é exatamente a posição dos tradicionalistas sedeplenistas, como a Fraternidade Sacerdotal São Pio X. Pior ainda, é a posição dos opinionistas sedevacantistas, que sustentam que Ratzinger não é papa, mas ao mesmo tempo afirmam que a posição sedeplenista não é ofensiva à Fé.

Do mesmo modo, é ofensivo à Fé identificar com a autoridade de Cristo a promulgação de doutrina falsa e disciplinas más. É ofensivo à Fé identificar com a Igreja Católica Romana as crenças e práticas universais do Vaticano II e suas reformas.

Por outro lado, se Ratzinger é verdadeiramente o papa, então é ofensivo à Fé sustentar que ele não é o papa e/ou afirmar que suas doutrinas e disciplinas são contrárias à fé e à moral.

Portanto, o sedeplenista convicto não pode, em boa consciência, considerar a posição sedevacantista como uma posição teológica viável sem ofensa à Fé. Da mesma forma, o sedevacantista convicto não pode, em boa consciência, considerar a posição sedeplenista como uma posição teológica sustentável sem ofensa à Fé.

Identificar a defeção do Vaticano II e de suas reformas com a autoridade da Igreja, como fazem os sedeplenistas, é destruir completamente a própria natureza da Igreja, que é uma instituição divina que goza da assistência perpétua de Cristo através do Espírito Santo. Se a Igreja pudesse cometer um erro tão grave quanto o Vaticano II e seus efeitos — um erro tão grave que precisássemos organizar uma resistência obstinada contra ele para salvar nossas almas — então onde estaria a assistência de Cristo? O sedevacantista resolve esse problema dizendo: "Essas reformas não provêm da autoridade da Igreja". Mas o sedeplenista não tem resposta para isso, a não ser recorrer a interpretações privadas e rejeições pessoais do Vaticano II e de suas reformas. Isso é uma atitude protestante.

O sedevacantista não pode considerar a posição sedeplenista como uma opinião teológica viável, como se tivesse algum mérito provável. Se alguém é verdadeiramente sedevacantista e está convencido disso, deve considerar o sedeplenista como alguém que sustenta uma posição absolutamente insustentável.

IV. UMA OBJEÇÃO: E SE ALGUÉM ESTIVER EM DÚVIDA SOBRE A PAPALIDADE DE RATZINGER?

Respondo dizendo, antes de tudo, que a dúvida existe apenas na mente e nunca na realidade. Na realidade, Ratzinger ou é o papa, ou não é.

Podemos moralmente permanecer na dúvida?

Não. Como expliquei acima, a identidade do Sumo Pontífice Romano constitui essencialmente a identidade da Igreja Católica Romana e é a base de sua unidade. Uma vez que somos obrigados a professar a verdadeira fé e a pertencer à verdadeira Igreja, e não permanecer indiferentes, somos, portanto, obrigados a resolver nossa dúvida quanto à identidade do verdadeiro Sumo Pontífice Romano.

Permanecer em dúvida a respeito dele é permanecer em dúvida quanto à própria identidade da Igreja.

Além disso, estamos obrigados a obedecê-lo sob pena de pecado. Portanto, não podemos permanecer complacentes na dúvida sobre sua identidade.

A teologia moral exige que resolvamos a nossa dúvida mediante diligente investigação. Na maioria dos casos, tal investigação cura a dúvida a favor do sedevacantismo. Pois se alguém está em dúvida sobre ele, é porque já foi abalado pelos horrores do Vaticano II, a ponto de questionar a ortodoxia daqueles que o promovem. Uma investigação profunda apenas revela que nossas suspeitas estão mais do que confirmadas, e a dúvida rapidamente cede lugar à certeza.

Se, por algum motivo legítimo, não podemos conduzir uma investigação sobre as evidências contra Ratzinger, então somos obrigados a resolver a dúvida por meio de princípios reflexos, ou seja, certos princípios gerais de moral e de direito que nos dão certeza quando não conseguimos resolver a dúvida por conta própria. A teologia moral inclinaria a dúvida a favor da papalidade de Ratzinger, dado o fato de ele ter, ao menos aparentemente, uma eleição válida e a aceitação geral do que é comumente chamado de Igreja Católica.

Assim, o sedevacantista só pode sê-lo se estiver CERTO da não-papalidade de Ratzinger, pois uma dúvida irresolvível o colocaria no campo do sedeplenismo.

Portanto, o sedevacantista não pode considerar a posição sedeplenista como uma opinião teológica sustentável, como se toda a questão fosse duvidosa.

V. A HIPOCRISIA DA FSSPX

Pelo que me foi relatado por muitas fontes confiáveis, tanto de dentro quanto de fora da Fraternidade Sacerdotal São Pio X, eles oferecem aos seus padres, que se mostram relutantes em mencionar o nome de Ratzinger no cânon, a possibilidade de serem sedevacantistas em privado, mas publicamente sedeplenistas. Assim, no altar, eles omitem o nome do modernista no silêncio do cânon.

Contudo, ao mesmo tempo, a FSSPX dá adesão pública à sua papalidade através de sinais externos. Em seus escritos, consideram os sedevacantistas como cismáticos; ainda assim, permitem que padres sedevacantistas circulem em suas fileiras e atuem como sacerdotes em boa reputação.

Essa solução permitiu à Fraternidade evitar o golpe de mais uma cisão significativa em suas fileiras. Eles não admitem publicamente que há sedevacantistas entre seus sacerdotes. Sua posição pública é a de que o sedevacantismo é cismático. Para mim, isso é pura desonestidade.

"Mas seja o vosso falar: sim, sim; não, não. O que passa disto vem do maligno." (Mt 5,37).

VI. RESUMO E CONCLUSÃO

O opinionismo está enraizado, na minha opinião, em um indiferentismo para com o Sumo Pontífice Romano.

Os opinionistas querem viver num mundo de Missa e sacramentos tradicionais sem qualquer referência ao Sumo Pontífice Romano. Para eles, não importa, na ordem prática, se Ratzinger é ou não o papa. Frequentam a Missa de qualquer padre, desde que celebre a Missa tradicional, sem se preocupar com a relação desse padre com o Sumo Pontífice Romano.

Tal atitude é extremamente perigosa. Ela remove o Sumo Pontífice do catolicismo e reduz a nossa adesão à fé tradicional a uma espécie de escolha protestante, em que cada um seleciona o que quer aceitar ou rejeitar.

Houve épocas na história da Igreja em que, para ser católico, era preciso ser sedevacantista. Refiro-me ao período de interregno que ocorre toda vez que um papa morre, o qual, em certa época, chegou a durar até três anos. Se um católico reconhecesse um papa durante a vacância da Sé Romana, seria cismático. Da mesma forma, um católico seria cismático se não reconhecesse um papa que estivesse verdadeiramente reinando.

Portanto, nesta situação, ou os sedeplenistas são cismáticos, ou os sedevacantistas são cismáticos. Uma posição exclui a outra. Mas esses dois sistemas opostos não podem ser considerados ambos como "opiniões teológicas legítimas".